

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Médicos querem as capitais

O Distrito Federal (DF) é a unidade da federação que possui o maior número de médicos, proporcionalmente ao tamanho da população. São 6,3 médicos para cada mil habitantes do Distrito Federal. Os dados são de uma pesquisa do Conselho Federal de Medicina, divulgada ontem. O médico e deputado federal gaúcho Osmar Terra (MDB, foto) afirmou que, “houve um avanço na situação do trabalho dos médicos, no Brasil. O Congresso prepara a discussão uma carreira nacional para os profissionais do SUS (Sistema Único de Saúde)”.

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC



Médicos por estado

Pela primeira vez, o levantamento da demografia médica traz o detalhamento por estados e capitais. A média do País é de 3,07 médicos por cada mil habitantes. O número vem se aproximando de dados dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que contam com 3,7 médicos.

Distribuição desigual

Apesar de alguns estados terem duplicado o número de médicos, a distribuição deles no Brasil ainda é bastante desigual, com regiões mais desenvolvidas, que vêm concentrando a grande maioria dos profissionais. Enquanto o DF tem a maior densidade médica do País, estados do Norte, tem em média menos de 2 médicos para cada mil habitantes. No total, são 576 mil médicos em todo o Brasil. As capitais agrupam mais que a metade deles. Os municípios do interior, que são 77% da população, dispõem de 48% desses profissionais.

Necessidade de políticas públicas

O presidente do Conselho Federal de Medicina, José Hiran Gallo, afirmou que “os números reforçam a necessidade de políticas públicas para fixar os médicos em cidades que hoje ainda não são plenamente atendidas. Temos que ter políticas públicas robustas para poder levar o profissional para aqueles municípios mais distantes”.

Vitória com mais médicos

Vitória, no Espírito Santo, registra a maior densidade do País com 18,7 médicos por mil habitantes, em relação às capitais. Por outro lado, a média do interior do estado do Espírito Santo é de menos de 3 médicos por cada mil habitantes. Já no interior do Amazonas, essa densidade cai drasticamente, ficando em 0,20 médico por mil habitantes.

Avanço no trabalho dos médicos

O deputado Osmar Terra, que é médico, construtor do SUS, no Rio Grande do Sul, na década de 1980, disse ao **Repórter Brasília** que “houve um avanço na situação do trabalho dos médicos no Brasil, era muito pior antes”. O que está faltando, segundo o parlamentar, “é um sistema de saúde organizado, que seja realmente um sistema”.

Projeto contra desastres está em fase de redação final

Proposta de autoria do Executivo ainda não tem data para ser protocolada

/ CLIMA

Bolívar Cavalari

politica@jornaldocomercio.com.br

O Palácio Piratini está em fase de conclusão da redação de um projeto de lei para promover ações de enfrentamento a desastres e de resiliência climática no Estado. O governo do Rio Grande do Sul anunciou na segunda-feira que está preparando o envio do texto à Assembleia Legislativa. As propostas estão em revisão final pelo Executivo antes do encaminhamento ao Parlamento e sem previsão de data para que sejam protocoladas.

Conforme interlocutores do Piratini, o projeto é relativo à Política Estadual de Proteção e Sistema Estadual de Defesa Civil, que

visa institucionalizar as políticas de enfrentamento aos riscos de desastres. Ele também estabelece diretrizes para o desenvolvimento de projetos de implementação e manutenção de infraestrutura.

Além do projeto, o governo do Estado firmou parceria com o Ministério Público do Rio Grande do Sul para realizar um termo de cooperação técnica, que tem como foco a construção de planos e protocolos de contingência nas áreas da comunicação, saúde, assistência social e logística.

Outra ação anunciada é uma parceria acertada do Governo do Estado com a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) para a promoção de ações conjuntas de sensibilização para riscos de desastres e na definição de di-

retrizes estratégicas dos planos e protocolos.

Para o governador Eduardo Leite (PSDB), este conjunto de ações tem importância do ponto de vista institucional do Estado. “Nosso objetivo é fazer com que o Rio Grande do Sul esteja efetivamente preparado e seja referência para todo o País em termos de preparação, adaptação e resiliência climática. Para isso, é necessário que todos os entes públicos atuem de forma coordenada e estruturada diante de situações de emergência”, afirmou.

As ações têm acompanhamento da Secretaria da Reconstrução Gaúcha (Serg), criada após as enchentes de maio para coordenar as iniciativas de reconstrução, adaptação e resiliência climática do Estado.

Instalado Comitê de Acompanhamento e Reconstrução

O chefe do Legislativo gaúcho, deputado Adolfo Brito (PP), instalou ontem o Comitê Extraordinário de Acompanhamento e Reconstrução do Rio Grande do Sul, criado a partir de uma resolução de 10 de julho deste ano em resposta à catástrofe climática de maio.

Entre as competências do

grupo, está o acompanhamento das ações, programas e políticas públicas já asseguradas e daquelas que ainda serão implementadas no Estado. O colegiado também deve verificar a destinação dos recursos alocados em projetos governamentais.

Integram o comitê os deputados estaduais Pepe Vargas (PT),

Guilherme Pasin (PP), Luciano Silveira (MDB), Rodrigo Lorenzoni (PL), Capitão Martim (REP), Eduardo Loureiro (PDT), Professor Bonatto (PSDB), Aloísio Classmann (União), Claudio Branchieri (Pode), Luciana Genro (PSOL), Elton Weber (PSB), Felipe Camozzatto (Novo), Elizandro Sabino (PRD) e Gaúcho da Geral (PSD).

Leite anuncia volta das promoções no magistério

/ EDUCAÇÃO

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), anunciou ontem, Dia do Professor, a retomada das promoções na carreira do magistério, o que não ocorria há uma década. Segundo o governo do Estado, a medida beneficiará mais de 23 mil professores e cerca de 200 especialistas em educação.

A previsão é de que 81% dos professores que cumpriam os requisitos legais possam ser promovidos. Para concorrer, é preciso ser servidor efetivo da rede estadual, ter concluído o estágio probatório e possuir interstício mínimo de três anos de serviço na classe atual da categoria.

O processo de avaliação levará em consideração critérios de antiguidade e merecimento, conforme as regras estabelecidas pela Lei N.º 6.672/74 e suas alterações.

As promoções serão realizadas em duas etapas: a primeira metade dos servidores será promovida em 2025; a segunda, em 2026. Com isso, o governo estima um impacto financeiro de R\$ 19,1 milhões em 2025 e R\$ 61,5 milhões em 2026.

A carreira do magistério esta-

dual está estruturada em seis classes, que vão de A a F, além de seis níveis de habilitação.

As promoções ocorrem de classe a classe, avançando no quadro de forma a incentivar a permanência dos profissionais da educação no serviço público.

VITOR ROSA/SECOM/DIVULGAÇÃO/JC



Governador aproveitou o Dia do Professor para oficializar iniciativa

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323